

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BAIXO TOCANTINS (PA)

Armando Lirio de Souza¹

RESUMO: Trata-se de um estudo sobre a dinâmica territorial do Baixo Tocantins no Estado do Pará – Brasil – Amazônia Oriental. Utiliza-se uma tipologia denominada de subterritórios como maneira de identificar as transformações socioespaciais, assim como indicar a maneira de uso e apropriação dos recursos naturais. Ao longo das últimas três décadas, os efeitos das políticas desenvolvimentistas provocaram concentração de renda e pouco contribuiu com alterações significativas nas condições de vida das populações locais. Em geral, observa-se a desestruturação da base produtiva tradicional. Contudo, nas duas últimas décadas, houve a recuperação da participação da unidade produtiva familiar. Em tese, essa tendência de consolidação da agricultura familiar pode funcionar como um mecanismo de efeito distributivo importante para o Território da Cidadania do Baixo Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Território. Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, as transformações socioespaciais que ocorreram no Baixo Tocantins são representativas do padrão de desenvolvimento capitalista introduzido na Amazônia oriental por meio da instalação de grandes projetos econômicos e de infraestrutura como: a implantação das indústrias do complexo mineiro-metalúrgico; a instalação de estrutura portuária para exportação de minérios e de produtos beneficiados pelo complexo industrial; houve impactos negativos diretos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí construída no rio Tocantins nos municípios à jusante da UHE; vários projetos agroindustriais como a produção de dendê e coco-da-baía estão em grande expansão, principalmente com projeto voltados para a produção de biodiesel. Portanto, trata-se de um espaço sub-regional com grande potencial produtivo, assim como mantém constante os fluxos migratórios intra e inter regionais, portanto com alto grau de integração à economia regional, nacional e internacional.

Em geral, esse conjunto de transformações ocorridas nas últimas décadas na base econômica, social, ambiental e territorial do Baixo Tocantins manteve a continuidade da concentração de privilégios e a dificuldade de acesso aos direitos sociais, ou a plena cidadania. Isso se tornou altamente prejudicial para os trabalhadores urbanos e rurais de baixa renda, contudo, observa-se que os avanços em seus processos organizativos, principalmente, devido serem populações com forte característica rural e associativista (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008), criou um campo de resistência a

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPa), Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PGDR), com experiência na elaboração e coordenação de vários projetos sociais no âmbito da temática do Cooperativismo e Agricultura Familiar e participação em estudos e pesquisas sobre gestão e desenvolvimento territorial na Amazônia Oriental.

desestruturação de sua base produtiva tradicional. A partir da segunda metade dos anos de 1990, os resultados dessa mobilização social e a construção de projetos socioambientais com o objetivo de valorizar as frutas regionais abriram espaço para a participação da agricultura familiar no setor de fruticultura, principalmente com o advento do mercado consumidor de açaí no âmbito nacional e internacional.

O objetivo deste trabalho é evidenciar o potencial da agricultura familiar no Baixo Tocantins, mesmo que o conteúdo das políticas desenvolvimentistas contemporâneas continue desconsiderando o papel das forças produtivas locais e as dinâmicas territoriais e seu significado multiterritorial (HAESBAERT, 2004). Por fim, as informações relativas ao pessoal ocupado em atividades rurais, ao número de estabelecimentos rurais e a estrutura fundiária e as características da produção agrícola subsidiam a argumentação sobre a existência de subterritórios com dinâmicas diferenciadas e com a noção de tempo-espaço próprio, contudo integrados por uma temporalidade de tempo curto estabelecido pela dinâmica do trabalho, neste caso, o marcado pelo predomínio da agricultura familiar com característica agroextrativista. Assim, revelam-se novas trajetórias e aspectos até então considerados invisíveis na dinâmica territorial contemporânea do Baixo Tocantins.

1 TRABALHO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BAIXO TOCANTINS

Nos últimos quatro séculos, o debate sobre desenvolvimento da Amazônia esteve centrado na definição entre caminhos voltados para o avanço da economia agrícola ou a consolidação da base econômica extrativista, ou seja, a visão de substituição do extrativismo vegetal pela agricultura é recorrente nos debates sobre desenvolvimento, tanto na segunda metade do século XVIII como no final do século XIX (MARTINS, 2002). Esta discussão se manteve viva a partir dos anos de 1950 e permanece na época contemporânea. Em geral, o fundamento dessas proposições é uma crítica às condições precárias de reprodução das forças produtivas na Amazônia, principalmente, com o advento e permanência do aviamento, ou mesmo de trabalho escravo, portanto práticas representativas da superexploração do trabalho na região. Contudo, a visão de modernização conservadora, hegemônica na segunda metade do século XX no Brasil, reduziu essa discussão ao sentido de inviabilidade econômica do extrativismo vegetal e

animal, logo, se apoiava na defesa da racionalidade produtiva presente na agricultura moderna e na industrialização.

As condições de superexploração do trabalho irão se tornar um ponto de inflexão sobre a possibilidade do desencadeamento de processos de desenvolvimento e manutenção de profunda desigualdade econômica e social. Em certo sentido, isso se configura em uma divisão territorial do trabalho, a partir da forma como ocorre o sentido progressivo do uso e apropriação dos recursos naturais. Segundo Santos (2009, p. 136) “Cada lugar, cada espaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho”. Portanto, cria-se há uma noção de temporalidade diferenciada no território, contudo, identificam-se as marcas de sua formação socioespacial. No caso do Território da Cidadania do Baixo Tocantins, diversas formas de organização do trabalho conviveram e convivem lado a lado. Essa noção de temporalidades permitiu identificar três dinâmicas produtivas no interior do mesmo território, assim se configuraram três subterritórios com graus diferenciados de integração e articulação, conforme Figura 1:

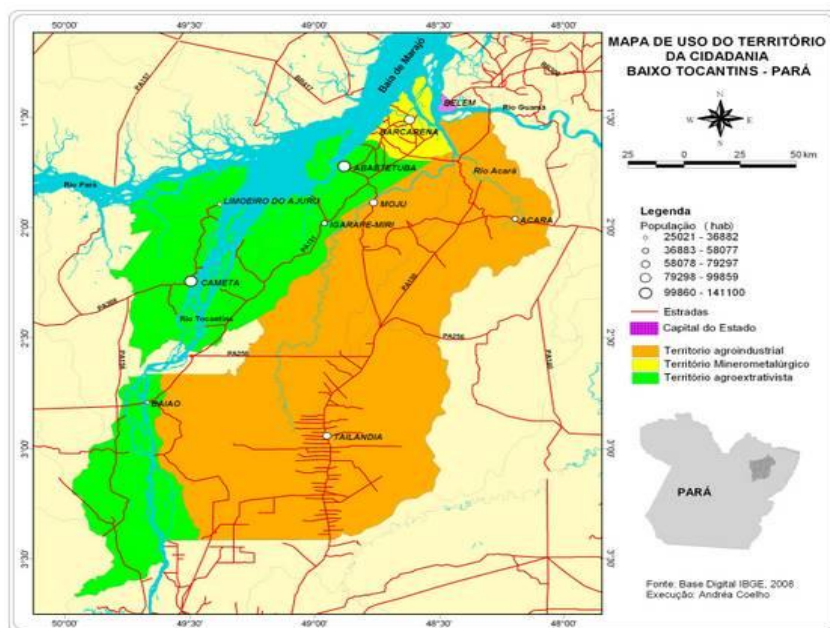


Figura 1: Mapa de Uso do Território da Cidadania do Baixo Tocantins (PA), 2011.

Observa-se o **território agroextrativista** com predomínio das áreas de várzeas e com forte presença da agricultura familiar, por isso com menor nível de concentração da terra, menores taxas de desmatamento, combinando práticas de monocultura de açaí e sistemas agroflorestais (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru,

Mocajuba e Oeiras do Pará); segundo, o **território dos projetos agroindustriais** caracterizado pelo avanço da monocultura do dendê (biodiesel) e do coco-da-baía, com sistemas de integração da agricultura familiar, concentração de terras, elevado nível de desmatamento e conflitos socioambientais (Acará, Moju, Tailândia e áreas de Concórdia do Pará, Tomé-Açu); terceiro, o **território mineiro-metalúrgico**, praticamente centrado no município de Barcarena (economia de enclave).

A princípio, o território do Baixo Tocantins parece ser homogêneo, principalmente devido às características da paisagem, muitas vezes dominada pela floresta de várzea, com predomínio dos açazais. Entretanto, a tipologia de subterritórios permite apresentar as diferentes formas e dinâmica econômica, social, ambiental e territorial do Baixo Tocantins. Isso gerou uma nova territorialidade como argumento explicativo, porque, se por um lado, há várias dinâmicas no interior do subespaço regional, algumas conseguem criar graus de heterogeneidade, integração e articulação ao processo de desenvolvimento, outras são enclaves econômicos, como é o caso do território mineiro-metalúrgico. Por outro, há características comuns aos três territórios: no âmbito da produção agrícola e extrativista vegetal há grande participação da agricultura familiar; no campo dos indicadores sociais e ambientais, a precariedade e fragilidade dos serviços públicos; no campo econômico, a visão voltada para a exportação, por isso, tanto os grandes empreendimentos econômicos como a unidade produtiva familiar estão integrados à acumulação ampliada de capital, particularmente aos processos contemporâneos de financeirização (ideia de território integrado).

Em suma, trata-se de um movimento contraditório, mas o fundamental desse modelo explicativo é reconhecer que no território agroextrativista há elementos de renovação e resistência ou pistas de um padrão de desenvolvimento capaz de orientar para a superação do viés concentrador de renda e de desigualdades regionais. Observa-se que a superação das décadas do patronato (1950-1980) e o avanço da produção agroextrativista do açaí (1990-2000) geraram um novo quadro nas relações políticas, econômicas e sociais no Baixo Tocantins. Isso torna evidente o papel da agricultura familiar no sentido de internalizar um padrão de desenvolvimento capaz de valorizar e impulsionar as dinâmicas territoriais, não somente como amortecedoras dos impactos das crises econômicas, mas como um campo permanente de resistência ao processo de subordinação do trabalho, ao mesmo tempo, capaz de potencializar as experimentações de práticas associativistas e comunitárias. Em certo sentido, criar a “[...] possibilidade

de constituir a base de um desenvolvimento agrícola de maior nível de eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ecológica” (COSTA, 2000b, p. 170).

2 O POTENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BAIXO TOCANTINS

A dinâmica do trabalho e do desenvolvimento econômico e social do território da cidadania do Baixo Tocantins apresentada anteriormente é reveladora de um espaço sub-regional desigual e extremamente concentrador da renda. A oferta de equipamentos sociais é bastante residual, pois a fragilidade da gestão pública e a pouca efetividade na execução das políticas públicas sociais inviabilizam avanços na melhoria das condições de reprodução social e econômica da força de trabalho. Isso requer pensar o desenvolvimento não somente assentado em questões econômicas “[...] mas também de aspectos sociológicos, e políticos, relacionados à concentração de privilégios e o acesso a direitos sociais” (CARDOSO; NEGRÃO, 2006, p. 1). Em termos gerais, nos últimos anos o avanço da produção voltada para a exportação assumiu relevância na economia do subespaço regional do Baixo Tocantins seja no setor industrial seja no setor agroindustrial, inclusive no segmento da fruticultura. Normalmente, essa dinâmica voltada para o mercado externo nem sempre internaliza um padrão de desenvolvimento.

A Tabela 1 auxilia para uma compreensão mais apurada da dinâmica produtiva e do trabalho no Baixo Tocantins nos dias atuais.

Tabela 1: Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor – Território da Cidadania do Baixo Tocantins -2002 e 2007 (Em mil R\$)

Município	2002			2007		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuário	Indústria	Serviços
Abaetetuba	23.323	23.095	141.311	34.080	39.857	280.183
Acará	48.672	9.726	49.841	112.224	15.995	84.821
Baião	34.767	3.717	25.843	28.814	8.202	51.215
Barcarena	8.499	1.153.964	378.185	13.494	2.122.074	897.687
Cametá	53.932	10.944	105.878	41.065	23.079	195.870
Igarapé Miri	10.313	6.868	57.295	17.907	14.728	90.257
Limoeiro do Ajuru	22.323	1.950	18.792	18.288	4.228	32.120
Mocajuba	13.330	2.694	29.546	9.608	5.308	45.235
Moju	17.610	9.146	54.511	37.694	36.839	121.620
Oeiras do Pará	20.050	2.397	22.152	20.141	5.166	38.719
Tailândia	35.422	48.988	65.654	30.753	81.058	147.070
Total	288.241	1.273.489	949.008	364.068	2.356.534	1.984.797

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Ao longo dos anos 2000, confirma-se a concentração econômica do pólo industrial do município de Barcarena e Tailândia. Isso representou o fortalecimento das

desigualdades no espaço sub-regional. No âmbito do setor agropecuário há uma participação quase uniforme com tendência de crescimento, mas o destaque é o município do Acará. Na última década, houve o crescimento da agricultura comercial de grande e médio porte em municípios como Acará, Moju e Tailândia. Os dados da Tabela 2, a seguir, mostram que este crescimento está relacionado ao avanço da produção do dendê e coco-da-baía. Normalmente, essa produção é de alta escala em grandes latifúndios monoculturais. No caso da produção de oleaginosas como o dendê, as empresas agropecuárias adquirem grandes extensões de terra provocando a expulsão de agricultores familiares e desmatamento, portanto, alterando a cobertura florestal originária para a criação de uma floresta homogênea e artificial. Esta tem sido uma tendência internacional verificada em países da África, Ásia e América Latina (DENDÊ..., 2010).

Tabela 2: Produção Agrícola Permanente do Território da Cidadania do Baixo Tocantins² - 2009

Município	Coco da Baía (mil frutos)	Banana (t)	Cacau (t)	Laranja (t)	Pimenta-do-Reino (t)	Dendê (t)
Abaetetuba	1.920	600	6	140	266	0
Acará	23.276	1.200	428	600	750	184.600
Baião	650	1.260	30	0	2.522 ⁽⁵⁾	0
Barcarena	4.680	3.150	71	1.750 ⁽⁴⁾	210	0
Cametá	14	120	1.149 ⁽³⁾	160	950	0
Igarapé Miri	1.875	840	82	720	465	0
Limoeiro do Ajuru	14	60	13	0	14	0
Mocajuba	395	130	280	50	960	0
Moju	71.000 ⁽¹⁾	12.500 ⁽²⁾	18	952	2.000	140.800
Oeiras do Pará	0	1.250	27	300	470	0
Tailândia	1.800	225	0	52	100	300.502 ⁽⁶⁾
Total	105.624	21.335	2.104	4.724	8.707	625.902

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Observa-se a importância do Território da Cidadania do Baixo Tocantins no volume de produtos agrícolas permanentes no Estado do Pará. Normalmente, são produtos voltados para o mercado regional e nacional como a pimenta-do-reino, coco-da-baía, laranja, cacau, dendê e banana. No caso, da produção do dendê existem instalados no Estado do Pará doze (12) empresas com destaque para o projeto agroindustrial do Grupo AGROPALMA e da BIOPALMA. Esse avanço da empresa agroindustrial é contraditório com a consolidação da agricultura familiar no Território da Cidadania do Baixo Tocantins. Os projetos de biodiesel articularam agricultores

² Posição dos municípios do Baixo Tocantins na produção de culturas permanentes do Estado do Pará: Moju ocupa o 1º lugar na produção de coco-da-baía e ocupa o 12º lugar na produção de banana; Cametá ocupa a 13º lugar na produção de cacau; Barcarena ocupa o 12º lugar na produção de laranja; Baião ocupa o 6º lugar na produção de pimenta-do-reino; Tailândia ocupa o 1º lugar na produção de dendê, sendo que Moju e Acará ocupam, respectivamente, a 2ª e 3ª posição na produção estadual.

familiares nos municípios de Moju, Tailândia e Acará com a promessa de garantir a comercialização da produção e assistência técnica. Essa iniciativa tem recebido apoio do governo federal por meio do MDA e apoio dos STR desses municípios (BIODIESEL..., 2008). No entanto, esse modelo de produção associada não tem alcançado o êxito desejado, pois se trata de um modelo que torna o agricultor dependente da empresa e incentiva a monocultura, isto é, desloca o produtor de suas atividades tradicionais relacionadas à produção de alimentos para se inserir na cadeia produtiva agroindustrial de exportação.

Os dados da Tabela 3 são representativos da reduzida participação da agricultura do Baixo Tocantins na produção de alimentos. Portanto, o avanço da grande empresa agropecuária com a monocultura do dendê e do coco-da-baía tem provocado desestruturação da agricultura familiar nos municípios sedes desses empreendimentos econômicos e êxodo rural (PROGRAMA..., 2011). Esse fato assume relevância em uma região com indicadores sociais e de renda tão desfavoráveis e com problemas de segurança alimentar. No caso da produção de mandioca, há uma grande oferta de produto e derivados, sendo que isso corresponde a um dos principais componentes da base alimentar das populações urbanas e rurais do Estado do Pará.

Tabela 3: Produção Agrícola Temporária do Território da Cidadania do Baixo Tocantins³ - 2009

Município	Abacaxi (mil frutos)	Arroz (t)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (t)	Mandioca (t)
Abaetetuba	60	12	3.000 ⁽³⁾	60	24.000
Acará	40	60	18	60	592.000 ⁽⁵⁾
Baião	0	1.000 ⁽²⁾	0	90	6.600
Barcarena	1.200 ⁽¹⁾	63	800	40	14.400
Cametá	480	30	0	36	28.800
Igarapé Miri	180	48	400	25	18.000
Limoeiro do Ajuru	90	14	450	1	297
Mocajuba	0	6	0	0	8.400
Moju	1.440	300	0	120 ⁽⁴⁾	62.500
Oeiras do Pará	0	250	0	4	22.800
Tailândia	0	325	0	78	8.400
Total	3.490	2.180	4.668	514	786.197

Fonte: IBGE, 2011a; PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Os impactos negativos do avanço da monocultura empresarial tem sido tema recorrente dos seminários organizados pelo movimento social do campo sobre o desenvolvimento territorial rural do Baixo Tocantins. Normalmente, o ponto de comparação é a situação vivenciada pelos agricultores familiares das áreas de várzea e

3 Posição dos municípios do Baixo Tocantins na produção de culturas temporárias do Estado do Pará: Barcarena ocupa o 11º lugar na produção de abacaxi; Baião ocupa o 45º lugar na produção de arroz; Abaetetuba ocupa o 5º lugar na produção de cana-de-açúcar; Moju ocupa o 61º lugar na produção de feijão; Acará ocupa o 1º lugar na produção de mandioca.

terra-firme dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará com a produção e comercialização do açaí. É importante ressaltar alguns problemas relacionados ao processo produtivo e de comercialização do açaí como: o avanço da monocultura dos açaizais; ocorrência de trabalho infantil; traumas provocados por acidentes durante a colheita; controle da comercialização pelos atravessadores; qualidade do produto oferecido para comercialização; destinação de parte do produto para comercialização no mercado nacional e internacional e seu impacto na segurança e soberania alimentar local e regional.

Apesar dos questionamentos existentes há uma melhor condição de fortalecimento da agricultura familiar nos municípios produtores de açaí, principalmente quando essa produção é combinada com sistemas agroextrativistas, capazes de potencializar, por exemplo, o extrativismo de sementes e oleaginosas. Na Tabela 4 temos a distribuição da produção dos açaizais nos municípios do Baixo Tocantins. Infelizmente as informações obtidas junto ao IBGE não podem ser consideradas fidedignas da produção do subespaço regional, principalmente com a inexistência de informação sobre a produção no município de Cametá, a partir de 2004.

Tabela 4: Evolução da Quantidade Produzida de Açaí no Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 2000\2009

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abaetetuba	8.500	9.000	10.000	10.300	10.500	900	900	800	770	730
Acará	62	65	68	68	70	70	72	80	84	67
Baião	848	805	830	788	725	544	455	412	433	454
Barcarena	4.100	4.150	4.200	4.100	4.000	3.600	3.600	3.500	3.300	2.990
Cametá	34.897	30.000	30.200	30.200	-	-	-	-	-	-
Igarapé Miri	9.000	9.800	9.000	8.900	8.500	8.000	7.495	7.000	6.500	6.200
Limoeiro do Ajuru	15.254	14.491	18.463	19.386	10.000	17.520	16.644	17.476	18.350	19.267
Mocajuba	4.209	3.998	4.158	3.950	3.595	5.033	5.133	4.646	4.878	5.122
Moju	310	320	330	330	331	315	315	310	317	290
Oeiras do Pará	2.845	2.987	4.931	10.320	5.000	7.000	7.330	7.697	8.081	8.485
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ⁽¹⁾	80.025	75.616	82.180	88.342	42.721	42.982	41.944	41.921	42.713	43.605

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor.

Nota 1: Produção total do Estado do Pará: 112.684 toneladas (2000); 113.748 toneladas (2001); 122.328 toneladas (2002); 134.840 toneladas (2003); 90.516 toneladas (2004); 92.095 toneladas (2005); 88.551 toneladas (2006); 93.788 toneladas (2007); 107.031 toneladas (2008).

Normalmente, o conjunto de questionamentos ao avanço dos grandes projetos agroindustriais e do polo minero-metalúrgico diz respeito, principalmente à concentração de renda, concentração de terra e ampliação das desigualdades regionais. No caso do subterritório dos projetos agroindustriais que abrange os municípios de Acará, Moju e Tailândia, há forte influência do grupo AGROPALMA com a produção de dendê nos municípios de Concórdia do Pará e Tomé-Açu, municípios pertencentes à

Região de Integração do Rio Capim e existe um grande projeto de agroindustrial de coqueicultura da empresa Sococo. No entanto, essa interpretação não pode ser tão restrita aos dois subterritórios, porque no subterritório agroextrativista estão presentes essas mesmas condições, contudo em escala diferente, face ao predomínio da agricultura familiar. Conforme se enfatizou anteriormente, uma das marcas do subterritório agroextrativista é a estrutura fundiária desconcentrada. Isso pode ser observado na Tabela 5, a seguir, cujo conteúdo representa a caracterização da agricultura familiar e patronal do Território da Cidadania do Baixo Tocantins com base no Censo Agropecuário 1995/96.

Tabela 5: Quadro Geral do Número de Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará – 1995/1996.

Município	Número de Estabelecimentos Rurais ¹				Área (ha)			
	Familiar		Patronal		Familiar		Patronal	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Abaetetuba	4.132	97,7	85	0,2	51.543	82,5	10.670	17,1
Acará	5.943	95,7	158	2,5	147.072	46,7	166.333	52,8
Baião	1.533	93	86	5,2	28.300	48,2	30.315	51,7
Barcarena	1.315	86,7	30	2,0	17.946	79,7	2.234	9,9
Cametá	7.187	98,2	111	1,5	75.761	95,9	3.210	4,1
Igarapé-Miri	2.157	98,1	30	1,4	35.696	96,8	1.110	3,0
Limoeiro do Ajuru	1.686	98,7	16	0,9	33.912	97,3	833	2,4
Mocajuba	1.292	97,7	29	2,2	26.547	93,8	1.757	6,2
Moju	4.738	98,6	67	1,4	196.331	76,0	61.951	24,0
Oeiras do Pará	2.498	97,7	49	1,9	73.512	90,4	7.147	8,8
Tailândia	337	78,2	94	21,8	32.373	16,2	167.838	83,8
Média	-	97,0	-	2,2	-	61,1	-	38,5
Total	32.818	-	755	-	718.993	-	453.398	-

Fonte: IBGE, 1996. Elaboração do autor

Nota1: O total de estabelecimentos rurais, incluindo outros estabelecimentos (entidades públicas, instituições religiosas, etc), corresponde a 27.311 estabelecimentos rurais com um total de 662.356 hectares.

Em síntese, identifica-se a predominância da agricultura familiar. Há reduzida concentração fundiária e os trabalhadores rurais com domínio sobre os meios de produção e os instrumentos de trabalho nos municípios do subterritório agroextrativista, exceto no município de Baião onde o total de área 51,7% pertence aos estabelecimentos rurais patronais, impacto da produção da pimenta-do-reino e da criação de bovinos provoca concentração de terra. No caso dos municípios do Acará, Moju e Tailândia, pertencentes ao subterritório dos projetos agroindustriais, mesmo possuindo a maioria de estabelecimentos rurais de agricultura familiar, o grau de concentração de terra é muito elevado, pois os estabelecimentos patronais possuem respectivamente, 52,8%, 24% e 83% da área utilizada para a produção agrícola.

A Tabela 6, a seguir, auxilia na percepção da relação homogeneidade e heterogeneidade ou diferenciação das unidades municipais do Baixo Tocantins.

Observa-se no município de Moju e Oeiras do Pará traços de mudanças no perfil do agricultor familiar, caso seja considerada a caracterização dos estratos de áreas. Todavia, em geral o padrão é uma agricultura de baixa produtividade (MATHIS *et al*, 2007). Observa-se com mais detalhe o exemplo do município de Baião como maior concentração de áreas até 50 hectares, portanto, podem-se relativizar os dados de concentração da Tabela 6, pois mesmo o patronal identificado anteriormente possui baixa concentração de terras. Os demais municípios mantêm as condições anteriores ou de ampla participação das unidades produtivas com menos de 5 hectares (Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru) ou com um tamanho de área mais concentrada acima de 50 hectares (Moju e Tailândia).

Tabela 6: Unidade Produtiva Familiar Individual do Território da Cidadania do Baixo Tocantins/Estado do Pará - Caracterização do Estrato de Área - 1995/1996 (Em %)

Municípios	Menos de 5 há	Entre 5 a 20 há	Entre 20 a 50 há	Entre 50 a 100 há	Mais de 100 ha
Abaetetuba	52,6	30,0	12,5	3,3	1,6
Acará	15,5	31,8	40,8	8,6	3,3
Baião	44,7	26,4	20,7	5,9	2,3
Barcarena	42,7	37,3	16,3	2,4	1,3
Cametá	58,1	28,6	9,2	2,7	1,4
Igarapé-Miri	52,7	23,8	12,2	7,6	3,7
Limoeiro do Ajuru	43,2	33,9	12,6	5,9	4,4
Mocajuba	SI	SI	SI	SI	SI
Moju	5,8	14,6	45,1	25,0	9,5
Oeiras do Pará	10,3	37,5	34,6	12,0	5,6
Tailândia	6,3	5,6	39,5	23,7	24,9
Média Territorial	33,0	27,2	24,8	9,5	5,5

Fonte: INCRA (2000). Elaboração do autor

Nota: Sem Informação (SI)

Segundo estudos de Costa (2000b), o Baixo Tocantins é considerado uma das regiões do Estado do Pará com melhores condições vivenciadas pela agricultura familiar, pois “[...] convergem elevada mudança tecnológica e baixa concentração fundiária” (COSTA, 2000b, p. 109). Não resta dúvida que este formato da estrutura fundiária amplia as condições de reprodução social e econômica da unidade produtiva familiar. No caso do padrão da estrutura fundiária existente no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, é notório um alto padrão de desconcentração da terra. Em suma, o quadro analítico da agricultura familiar no Estado do Pará enfatiza sua relevância para o desenvolvimento econômico e social e sua importância na produção.

O Censo Agropecuário de 2006 identificou 222.028 mil estabelecimentos rurais no Estado do Pará com 22.466.026 hectares, sendo: 196.150 de agricultura familiar (6.909.156 hectares); 25.878 de agricultura não familiar (15.556.870). Em relação à produção agropecuária do Estado do Pará, a agricultura familiar contribuiu com 83% da

produção de arroz, 93% da produção de mandioca e participou com 33% no plantel de bovinos. A importância da agricultura familiar no Estado do Pará, particularmente no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, tem grande expressão com a ocupação da força de trabalho, porque 665.762 trabalhadores do setor agropecuário com mais de 14 anos, ou 84% do total, está ocupado em estabelecimento de agricultura familiar (IBGE, 2006).

Na Tabela 7, a seguir, há a distribuição de estabelecimentos rurais no Baixo Tocantins conforme a caracterização de familiar e não familiar definido pela metodologia do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 7: Estabelecimentos Rurais no Território da Cidadania do Baixo Tocantins - 2006

Municípios	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Abaetetuba	4.451	13,7	56.096	8,5	405	15,4	37.437	6,3
Acará	4.237	13,1	85.030	12,9	408	15,5	57.652	9,8
Baião	1.972	6,1	47.029	7,1	154	5,8	38.999	6,6
Barcarena	814	2,5	13.705	2,1	123	4,7	17.081	2,9
Cametá	9.063	28,0	195.513	29,6	570	21,6	73.261	12,4
Igarapé-Miri	1.970	6,1	52.499	8,0	205	7,8	59.331	10,1
Limoeiro do Ajuru	2.589	8,0	19.723	3,0	294	11,1	31.795	5,4
Mocajuba	1.244	3,8	29.540	4,5	62	2,3	44.953	7,6
Moju	3.617	11,3	110.745	16,8	228	8,6	85.926	14,6
Oeiras do Pará	2.278	7,0	43.873	6,6	96	3,6	36.954	6,3
Tailândia	130	0,4	6.243	0,9	90	3,4	105.438	18,0
Total	32.365	100	659.998	100	2.635	100	588.826	100
% em relação ao Estado do Pará	16,5	-	9,5	-	10,2	-	3,8	-

Fonte: IBGE, 2006. Elaborado pelo autor.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, confirma-se a grande importância da agricultura familiar no Baixo Tocantins com o total de 32.365 estabelecimentos rurais ou 16,5% do total do Estado do Pará. Mesmo sem um índice de GINI consolidado para 2006, é possível perceber o grau de concentração de terras existente no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, conforme Tabela 7. Essa dimensão de concentração é mais grave nos municípios de Acará, Tailândia e Moju onde estão instalados os grandes projetos agroindustriais da região (Território Agroindustriais), portanto, grandes latifúndios empresariais. Isso influencia a distribuição de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, conforme Tabela 8.

Tabela 8: Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Rurais do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – 1970\1995-96\2006

Municípios	1970 (a)	Variação % (a\b)	1995\96 (b)	Variação % (b\c)	2006 (c)	Variação % (a\c)
Abaetetuba	17.855	(19,2)	14.978	11,7	16.962	(5,3)
Acará	10.539	47,9	20.214	-	-	-
Baião	6.741	(16,3)	5.796	49,0	11.359	40,6
Barcarena	3.192	22,4	4.115	(13,0)	3.648	12,5
Cametá	38.576	(34,2)	28.741	27,9	39.876	3,2
Igarapé-Miri	3.070	64,5	8.654	(17,0)	7.402	58,5
Limoeiro do Ajuru	4.612	34,2	7.012	9,8	7.772	40,6
Mocajuba	5.910	20,5	4.903	11,6	5.545	(6,6)
Moju	10.865	34,8	16.659	(1,8)	16.356	33,6
Oeiras do Pará	8.294	15,4	9.810	(15,2)	8.512	2,6
Tailândia	-	-	2.247	-	-	-

Fonte: PARÁ, 2010b. Elaborado pelo autor

Por um lado, os dados sobre ocupação existente no Censo Agropecuário 2006, mesmo que o volume não se aproxime das características de população rural existente nos municípios do território do Baixo Tocantins, é um indicador importante da recuperação do nível de ocupação nos estabelecimentos rurais (agricultura familiar e não familiar). Isso pode ser observado na comparação entre os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1995\96 e 2006 presentes na Tabela 8. Por outro, é fundamental lembrar o processo de superação da fase patronal, existente entre as décadas de 1950 e 1980, e o avanço das unidades produtivas familiares mais independentes, a partir da década de 1990. Não obstante, a perda de ocupação rural na virada da década de 1980 é decorrente da decadência dos engenhos de açúcar e cachaça (modelo patronal), pois neste período a produção de cana-de-açúcar mantinha sob subordinação os agricultores familiares, seja na forma direta de patronato seja na indireta na dependência monopsonica na demanda pelo produto.

A partir dos anos de 1990, há a desestruturação do sistema patronal e o avanço das organizações dos trabalhadores rurais configurou novas relações de poder e domínio sobre a terra e proporcionou aos agricultores familiares um maior comando sobre a produção, todavia continuou sendo mantido um forte sistema de comercialização sobre o comando dos atravessadores\intermediários. Na maioria dos casos, os antigos “patrões” se fixaram na comercialização, pois já realizavam essa atividade anteriormente. Entre a década de 1990 e 2000, a produção agrícola no Baixo Tocantins ficou bastante diversificada, principalmente devido à maturação dos projetos financiados pelo FNO Especial, PRODEX e PRONAF que abrangeu a agricultura familiar de terra-firme e de várzea em culturas como laranja (*Citrus sinensis*), pimenta-do-reino, consórcio de coco (*Cocos nucifera*) e cupuaçú (*Theobroma grande florum*),

açai e banana (*Musa spp.*). Além dos grandes projetos agroindustriais de coco-da-baía e dendê. Isso gerou o aumento pela demanda de força de trabalho seja na unidade produtiva familiar seja no empreendimento agroindustrial.

Em termos gerais, a oferta de trabalho é positiva no território do Baixo Tocantins, principalmente na última década com o impulso gerado pela fruticultura, particularmente com a produção de açai. Habitualmente, os microdados sobre a produção agrícola nem sempre são fidedignos da dinâmica produtiva dos territórios rurais, contudo eles são uma representação do crescimento e da diversificação produtivas nas áreas de terra-firme e do fortalecimento da monocultura do açai nas áreas de várzeas. Sem dúvida nenhuma, no campo de atuação da agricultura familiar, o destaque foi o surgimento de demanda pelo açai no mercado nacional e internacional, a partir da segunda metade dos anos de 1990 e ao longo dos anos 2000 (ROGEZ, 2000). Recentemente a indústria de cosmético nacional tem se interessado por produtos extrativos como patauí (*Jessenia bataua*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), pracaxi (*Pentaclethra filamentososa*) buriti e semente de andiroba (*Carapa guianensis*). Novamente, essa demanda de mercado tem envolvido os agricultores familiares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observa-se neste estudo a importância das organizações associativistas dos agricultores familiares do Baixo Tocantins na mobilização sócio-produtiva do território. Ao assumirem a articulação dos produtores para o fornecimento de matéria-prima para o capital industrial as organizações associativistas do território do Baixo Tocantins negociam contratos e são intermediários dos produtos voltados para a exportação, como o açai e as sementes de oleaginosas. No entanto, o grau de autonomia e capacidade de ganhos maiores para os agricultores familiares tem residido nos limites dessas organizações assumirem o papel de mobilizador social e produtivo. Ao perderem essa capacidade de coordenação e gestão, o comando da comercialização é retomado pelos atravessadores\intermediários. Assim, os agricultores familiares se tornam reféns da estrutura de mercado monopsonio e alimentam novamente os circuitos de intermediação da produção. Portanto, as condições de superar a estagnação educacional e a estagnação da renda sempre figuram como condicionantes do avanço do movimento

social do campo na capacidade de gestão da produção e da comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

Em suma, pode-se afirmar que essa não tem sido uma tarefa fácil, mas é possível identificar momentos de hegemonia das organizações associativistas e redes sociais de cooperação ou redes de desenvolvimento rural, mesmo que sejam curtos, contudo, representam avanços e contribuições para as experiências de cooperação. Em certo sentido, os processos vinculados à organização social e os elementos de reciprocidade (POLANYI, 2000) podem auxiliar na construção de modelos explicativos sobre as condições de reprodução social de determinados grupos sociais. Contudo, a problemática dos modelos pode resultar em reducionismo, pois muitas vezes, há o esboço de um tipo ideal. Isso não permite construir análises com maior aproximação das condições do campo da vida material (BRAUDEL, 1996). O andar de baixo, ou aquilo que parece ser invisível, possui uma dinâmica própria e relevante para investigação dos padrões de desenvolvimento econômico e social e sua repercussão no território, ao longo do processo de formação socioespacial.

4 REFERÊNCIAS

BIODIESEL traz expectativa de inclusão social no Norte e Nordeste. Carta Maior, [São Paulo], 8 abr. 2008. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14960>.

Acesso em: 06 maio 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, Os jogos das trocas, 1996.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000b.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n.1, p. 95-118, 2006.

DENDÊ na Amazônia: novos projetos, alerta, permanente. NA AMAZÔNIA: NOVOS PROJETOS, ALERTA PERMANENTE. **Repórter Brasil Agência de Notícias**, [São Paulo], 04 de jun. de 2010. Disponível em:

<<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1752>>. Acesso em: 04 maio 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**, 2011a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 fev. 2011.

_____. **Censo agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996, 100 p.

_____. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 146 p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, 2000.

MANESCHY, Maria Cristina; MAIA, Maria Lúcia Sá; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n.1, p. 85-108, 2008,

MARTINS, Karla Denise. Civilização católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX. **Revista de História Regional**, 7 (1), p. 73-103, 2002.

MATHIS, Armin *et al.* Estruturas de poder, atores sociais e políticas territoriais no Tocantins. Introdução. In: MATHIS, Armin *et al.* (Orgs.). **Poder local e mudanças socioambientais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007, p. 7-19.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. **Estatística Municipal – Município de Abaetetuba**. Belém: IDESP, 2010b.

POLANYI, Karl (1944). **A grande transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

PROGRAMA planta êxodo e colhe miséria. **O Liberal**, Belém, 03 abr. 2011.

Disponível em:
<<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=250&codigo=525135>>.
Acesso em: 01 jun. 2011.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).